

Editorial

A Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG) encerra suas publicações de 2014 com a edição do n° 26. Neste número, são abordados temas de grande relevância para a educação superior contemporânea e que foram objeto de estudos em outras edições deste ano, tendo vista a sua importância. A pós-graduação volta a ser estudada em termos comparativos, focalizando programas oferecidos em diferentes países. A internacionalização é novamente discutida, agora sob o prisma da diversidade das parcerias acadêmicas, da qualificação profissional e da obtenção de diploma no exterior. A política governamental que norteia a formação educacional no Brasil também está inserida nesta edição por meio da análise de instrumento institucional de fomento adotado pela Capes e dos relatos de experiências de cursos de pós-graduação orientados para a capacitação profissional.

Do mesmo modo que a edição anterior, este número traz trabalhos redigidos em inglês. Sem dúvida, essa e outras iniciativas, como a implementada recentemente pela Capes referente à tradução para o inglês da edição de n° 21, sobre a pós-graduação e suas associações com o desenvolvimento sustentável, denotam o esforço da RBPG para ajustar suas ações em consonância com as tendências da comunicação científica mundial, mediante o acolhimento de contribuições autorais em outros idiomas – assim, são bem-vindos artigos em língua inglesa e espanhola –, na busca da ampliação de seu conjunto de leitores. Ademais, a apresentação de textos redigidos em inglês demonstra a disposição dos autores no sentido de apoiar tais ações da revista.

Como em outros números regulares da revista, a Capes presta sua homenagem às instituições de ensino superior e de pesquisa, trazendo fotografias de edificações que fazem parte de sua história – e agradecemos aos dirigentes dessas instituições e aos autores de trabalhos aqui publicados a gentileza da cessão feita à RBPG. Neste número, são expostas imagens da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC), do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM/Paris – França), do Centro Universitário Franciscano (Unifra), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Iniciando a seção *Estudos*, no artigo **Cursos de mestrado no Brasil, na França e em Portugal: elementos de uma abordagem comparativa**, Machado, Santos e Quaresma comparam a organização e a oferta de cursos de mestrado no Brasil com tendências observadas em dois países europeus. Considerando a legislação, a literatura e os dados estatísticos disponíveis, as autoras relacionam a pós-graduação na França e em Portugal com o Processo de Bolonha e a do Brasil com a política da Capes, argumentando que os mestrados nos três países estão submetidos às contingências dos processos avaliativos e a padrões de qualidade definidos internacionalmente. Assim, embora existam diferenças nacionais, há similaridades entre os casos no que diz respeito aos processos de ancoragem, às modalidades, à oferta pública ou privada e à duração.

Em seguida, no artigo **Os doutorados em cotutela no Brasil e em seus principais parceiros acadêmicos**, Leite e Carmo focalizam os cursos de doutorado em regime de cotutela de tese, analisando como eles são entendidos nacional e internacionalmente. Discutem seus benefícios e limitações, revelando como tais cursos são desenvolvidos em outros países e como têm sido realizados no Brasil. Sua análise comparativa abrange, além do Brasil, França, Portugal, Espanha, Canadá, Alemanha e Itália. A respeito do caso brasileiro, os autores pesquisaram a legislação pertinente e investigaram o tema em dez das principais universidades do país. Os resultados mostram que, no Brasil, a exigência da defesa de tese em instituição de ensino superior nacional não tem paralelo nos outros países estudados e pode fazer com que o doutorado em cotutela se torne pouco atraente e enfraquecido como estratégia de internacionalização.

No artigo **Teacher training in Brasil: the challenges of international partnerships**, Santos discute as relações de cooperação acadêmica estabelecidas entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de Coimbra para a formação de professores da educação básica, viabilizadas pelo Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), da Capes. Seu foco são os estudantes brasileiros de Licenciatura em Matemática da UFRGS que realizaram parte de sua formação na universidade portuguesa. Nas entrevistas realizadas, a autora identifica diferenças estruturais importantes entre o curso ministrado no país e aquele da instituição portuguesa, sinalizando para a necessidade de se buscar parcerias estrangeiras cujas licenciaturas sejam compatíveis com o formato dos cursos brasileiros.

A política pública de fomento educacional é novamente tratada no artigo **O Programa de Apoio a Eventos no País como instrumento de políticas públicas de fomento à formação de professores da educação básica**, no qual Pimenta, Souza e Calabró analisam uma linha de ação da Capes. Os autores procuram identificar relações existentes entre o tipo de evento apoiado pela referida agência, a abrangência temática e o montante de recursos investidos, considerando a execução do programa nos anos de 2010 e 2013. Os resultados mostram que, comparativamente a 2010, embora tenha ocorrido um aumento significativo do apoio concedido, em 2013, os eventos não alteraram o seu perfil de abrangência, sendo, predominantemente, regionais, propostos por instituições públicas de ensino superior e na área de Ensino, Educação em Ciências.

A preocupação concernente à validação dos títulos acadêmicos conquistados no exterior é o tema tratado por Vilarinho e Gonzalez no artigo **Diplomas de mestrado e doutorado em Educação obtidos em universidades estrangeiras: o reconhecimento a partir da concretude dos dados**. As autoras esmiúçam com profundidade o conteúdo documental das solicitações de reconhecimento de diploma estrangeiro recebidas por instituição de ensino superior nacional, procurando desvendar até que ponto a mobilização de entidades nacionais em torno da revalidação automática desses diplomas encontraria amparo na excelência da formação obtida. Os dados observados apontam para

a necessidade de se ter cautela na defesa incondicional da equivalência dos estudos.

Na seção *Debates*, com o artigo **O atual cenário do processo formativo de professores para o magistério da educação básica no Brasil**, Mello e Cury refletem sobre a legislação em vigor relativa à formação docente e correspondentes responsabilidades atribuídas à União, aos estados e municípios, e sobre a atuação do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da Capes na elaboração de diretrizes para a política nacional. Os autores ressaltam o importante papel desse Conselho na orientação de política para a educação básica, com vistas ao enfrentamento das fragilidades existentes na formação inicial e continuada de professores. Enfatizam, porém, a necessidade de ações concretas que viabilizem transformações estruturais para o efetivo desenvolvimento do professor.

A atuação da pós-graduação no país para a qualificação de quadros é relatada em três artigos na seção *Experiências*. Em **Produção de conhecimento em Saúde na pesquisa clínica: contribuições teórico-práticas para a formação do docente**, Souza e Hora apresentam uma experiência recente desenvolvida em programa de pós-graduação *stricto sensu* da Fundação Osvaldo Cruz para a capacitação de profissionais do ensino superior com foco nos estudos sobre doenças infecciosas recorrentes no país. Apropriando-se de conceitos que fundamentam a proposta pedagógica do educador Paulo Freire, as autoras analisam as contribuições oferecidas e as estratégias adotadas no programa com base nas impressões extraídas de estudantes e professores. Suas conclusões são favoráveis às ações realizadas, uma vez que, no seu entender, estas conferem aos profissionais envolvidos uma formação crítica e ampla da Saúde, considerando as suas várias dimensões.

No artigo **O curso de pós-graduação *lato sensu* em Farmácia Hospitalar em Oncologia do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva e suas relações na formação de recursos humanos para atuação na Rede de Atenção Oncológica**, Pantoja analisa a evolução de um programa do Inca, a partir de sua transformação em residência de caráter multiprofissional direcionada para o atendimento assistencial por meio do Sistema Único de Saúde. Para tanto, são adotados como

referência de análise a reestruturação disciplinar e temática ocorrida, as mudanças na composição de docentes e discentes e a reorientação nos assuntos abordados pelas monografias desenvolvidas no programa, entre 2009 e 2012. Para o autor, o traço distintivo do novo curso instituído é a substituição ao modelo disciplinar fragmentado pela interdisciplinaridade, o que proporciona ao conjunto de profissionais da saúde a capacitação integral para o enfrentamento dos desafios na especialidade de Oncologia.

Encerrando a seção, no artigo **UTFPR Cooperation experiences with Portuguese speaking African countries**, Bernartt e Rubin-Oliveira relatam uma iniciativa de colaboração brasileira, no âmbito da educação superior, com países africanos de língua portuguesa. O estudo foi desenvolvido principalmente mediante documentos oficiais e relatórios institucionais relativos a três acordos firmados de cooperação acadêmica entre Brasil, Guiné Bissau, Angola, Moçambique e Cabo Verde, tendo como base as experiências sediadas no *Campus* Pato Branco, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Essa cooperação, que abrange várias áreas do conhecimento, tem auxiliado na formação profissional de equipes, no intuito de fortalecer a ciência e a tecnologia nos mencionados países africanos.

Ao concluir este editorial, aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos que contribuíram para a realização deste número – autores, avaliadores das contribuições autorais e equipe editorial – o empenho e a dedicação. Em especial, agradecemos aos membros do Conselho Editorial e do Comitê Científico da RBPG – Antonio Carlos Moraes Lessa, Célio da Cunha, Elizabeth Balbachevsky, Luiz Edson Fachin, Maria do Carmo Martins Sobral, Robert Evan Verhine e Thomas Maack – e aos consultores externos acionados – Adriano Max Moreira Reis (UFMG), Crispim Cerutti Junior (Ufes), Emília Maria de Trindade Prestes (UFPB), Fernando José de Almeida (PUC-SP), Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva (UnB), Leda Scheibe (Unoesc), Leonardo Regis Leira Pereira (USP), Martonio Mont’Alverne Barreto Lima (Unifor), Selma Garrido Pimenta (USP) – os pareceres técnicos exarados sobre os artigos submetidos.

Gostaríamos também de registrar os nossos agradecimentos aos demais membros do Comitê Científico e do Conselho Editorial, que

tanto vêm contribuindo para o desenvolvimento da RBPG. Do mesmo modo, manifestamos o nosso reconhecimento aos membros que cumpriram com afinco os seus respectivos mandatos até julho de 2014, cujos nomes destacamos: Carlos Ivan Simonsen Leal, César Zucco, Elói de Souza Garcia, Amado Luiz Cervo, Benamy Turkienicz, Eduardo H. Carreau, Fábio Rubio Scarano, Hebe Vessuri, Heitor Gurgulino de Souza, Hégio Trindade, Jair de Jesus Mari, Jesús Julio Castro Lamas, Liovando Marciano da Costa, Lourival Domingos Possani Postay, Pedro Dolabella Portella e Pierre Jaisson.

Maria Luiza de Santana Lombas
Editora